

REFLEXÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO

Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo¹
Ms. Mariana Aldrigui Carvalho²

RESUMO: O texto discute as premissas para a regulamentação profissional em relação ao Turismo e suas atividades correlatas, pontuando a origem das organizações profissionais e sua evolução até os dias de hoje, estabelecendo comparações entre países, a regulamentação neles existente e relacionando o fato à sua estrutura educacional.

PALAVRAS-CHAVE: regulamentação profissional; regulamentação de atividades; turismo; educação.

Introdução

Os cursos superiores e de nível médio em turismo surgiram, no Brasil, no início da década de 1970. Foi uma opção particular local pois, em outros países do mundo, “turismo” está geralmente vinculado a outras áreas do conhecimento como geografia, economia ou administração e, em sua maioria, são cursos de nível médio ou tecnológico (no Brasil os cursos de tecnologia são considerados de nível superior pelo Decreto (presidencial) n. 2.208, de 17/04/1997, artigo 3). Essa opção educacional manteve-se e foi sendo aprofundada nos últimos anos do século 20. Em meados da década de 1990, com a expansão dos cursos superiores viabilizada pela política educacional do ministro da educação Paulo Renato de Souza, o número dos cursos de turismo aumentou para cerca de quatrocentos em todo o país.

O setor acadêmico é uma importante vertente do turismo que pode ser melhor explorada. Atualmente (maio 2005) há entre 50 e 60 doutores (sendo cerca de 18 oriundos dos cursos superiores de turismo) trabalhando em pesquisas e produzindo conhecimento em vários pontos do Brasil. Desde meados de 1990, houve uma expansão quantitativa de cursos (técnicos, tecnológicos e bacharelados) que, infelizmente, não foi acompanhada por um incremento de qualidade. Na verdade, o segmento de cursos de turismo foi o que mais cresceu no Brasil, mas outras áreas também tiveram crescimento significativo, conforme o quadro 01.

Analisando esse quadro percebe-se que os cursos de turismo tiveram um crescimento

¹Graduado em turismo e filosofia. Doutor em educação pela Unicamp (1996). Livre docente pela Escola de Comunicações e Artes da USP (2003). Professor da USP-Leste e PUC-Campinas (graduação). Autor de vários livros e artigos sobre turismo, cultura, educação e entretenimento.

²Graduada em Turismo. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (2003). Professora da PUC Minas – Poços de Caldas e do Inst. Superior de Ciências Aplicadas de Limeira, SP. Pesquisadora na área de hospitalidade.

cerca de duas e vezes e meia maior que o segundo curso em expansão (Comunicação social). Esse inchaço pode justificar, pelo menos em parte, muitos dos problemas existentes como perda de qualidade (a maior parte desses cursos não tem condições de garantir um aprendizado minimamente eficiente), esvaziamento dos cursos, saturação do mercado e banalização da área.

O setor de pesquisa também teve um crescimento considerável, porém melhor organizado, pois a área de pós graduação é estruturada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ligada ao Ministério da Educação. Seis programas de mestrado em turismo (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - SP; Universidade Anhembi-Morumbi - SP; Universidade Caxias do Sul; Universidade do Vale do Itajaí – SC; Universidade Estadual de Ilhéus – BA; Centro Universitário UMA - MG) foram desenvolvidos, sem contar os programas de pós-graduação “*strictu sensu*” em outras áreas como administração, meio ambiente, geografia, economia que também pesquisam temas na área de turismo. Mais de trezentos títulos foram publicados pelas editoras nacionais entre 1996-2004, entre produção nacional e traduções. Isso significa que está em construção um edifício teórico sobre problemática do turismo e hoje o setor de pesquisas é dos mais importantes na América do Sul. Porém, comparado com os países desenvolvidos ou com os países e territórios com grandes fluxos turísticos, resta ainda ao Brasil um longo caminho a percorrer também em pesquisa, educação e extensão. As universidades e centros de pesquisa precisam ter seu trabalho constantemente acompanhado e apoiado pela comunidade. A seriedade intelectual exige critérios muito claros por parte da comunidade acadêmica e da sociedade civil em geral para evitar desvios e atitudes dúbias em relação à produção do conhecimento.

Nesse ponto, os alunos, professores e dirigentes precisam atentar ao fato de que algumas pessoas pretendem passar certos tipos de conhecimento como se fossem científicos ou tentam enganar o público ostentando títulos ou publicações que na verdade inexistem ou são inválidos no Brasil. Algumas pessoas inescrupulosas se valem da ignorância, ou ingenuidade, daqueles que não conhecem os procedimentos e características do mundo acadêmico, para tentar impingir idéias ou conceitos que não passaram pela validação formal em instituições de credibilidade, sejam empresariais, governamentais, acadêmicas ou de associações formalmente estabelecidas.

Finalizando os aspectos introdutórios, é importante ressaltar que, na década de 1980, houve uma grande movimentação nacional para que a profissão fosse regulamentada. No encontro nacional de bacharéis de turismo realizado em 1983, em Brasília, foi entregue uma

solicitação ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulisses Guimarães, para que encaminhasse a aprovação do projeto de regulamentação. O projeto, aprovado pelo Poder Legislativo, foi vetado pelo então presidente João Batista Figueiredo, no final de 1983. Para uma visão mais completa do histórico das tentativas de regulamentação da profissão, consultar o livro “*Turismo – Formação e Profissionalização*” de Marlene Matias (São Paulo: Manole, 2002). A única categoria regulamentada na área é a de Guia de Turismo (Lei n. 8.623/93, regulamentada pelo Decreto n. 946/93).

Ao longo dos últimos anos a discussão sobre a regulamentação profissional em turismo deixou de ser prioridade para o setor, mas ainda volta à pauta de debates em virtude de iniciativas de alguns políticos, estudantes ou professores. Esse assunto é ignorado pelo setor empresarial e pela maior parte da academia. Porém algumas pessoas entendem que é preciso continuar a discutir a questão, motivo pelo qual surgiu esta reflexão a respeito, afinal em uma sociedade democrática e pluralista os assuntos precisam ser discutidos sempre que houver necessidade ou interesse, mesmo que seja por parte de grupos minoritários.

As profissões regulamentadas no Brasil

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou, em 2002, uma edição atualizada da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A primeira edição data de 1982; e a anterior a 2002, data de 1994. Isso significa que houve uma preocupação governamental em atualizar as informações sobre a dinâmica profissional no país. Foi uma iniciativa necessária em virtude das profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho ao longo das décadas de 1980 e 1990 e do surgimento de novas profissões nas mais diversas áreas, especialmente oriundas das novas tecnologias ou da ampliação do setor de serviços, característica das sociedades pós-industriais.

Na listagem da CBO existe uma relação das profissões regulamentadas no Brasil. Para efeito de referência publicamos um resumo dessa listagem no quadro 02, em anexo (a profissão de Guia de Turismo não aparece no *site*, provavelmente por erro do Ministério do Trabalho e Emprego).

Essas 53 profissões regulamentadas, algumas subdivididas em áreas correlatas, oferecem um quadro geral de uma tentativa de se organizar corporativamente alguns setores do mundo do trabalho. O ato de regulamentar ou garantir proteção para determinados profissionais é muito antigo. No mundo ocidental, desde as antigas guildas e as corporações medievais, alguns grupos tentam se proteger e profissionalizar seu segmento através de controles, regras, estatutos etc.

As origens da regulamentação na antiguidade

Na obra de Antonio Santoni Rugiu (*“Nostalgia do mestre artesão”*, Campinas: Autores Associados, 1998), segundo comentário do Prof. Ilacyr Luiz Guadazzi, encontra-se a informação de que as Sociedades dos Artesãos surgiram para congregar profissionais ligados a uma arte ou ofício. Elas conseguiram, das autoridades, prerrogativas especiais como o “direito de livre trânsito”, “direito de estudar e ensinar” e o importante “direito de vender sua produção ou conhecimento”. As origens dessas corporações de ofícios estão envoltas em ares místicos, surgindo através de confrarias ou irmandades no final da idade média (século XII) e consolidando-se no século XIV. No início do século XIX elas começam a perder forças quando o desenvolvimento das artes, da ciência e das novas práticas comerciais tornam inviável o sistema de corporações de auto-proteção. Em um passado ainda mais remoto encontramos os Colégios criados por Numa Pompílio (segundo rei de Roma, 715 – 672 A.C.), que foram posteriormente transformados em Colégios de Artífices e abolidos em 378 D.C., no período em que o cristianismo passou a dominar Roma. A partir dessa época os milenares conhecimentos passaram para outros grupos como os Comacini, na Itália; os Corps d’Etat e Campagnonnage, na França, que reuniam escultores, pedreiros, telhadores e marceneiros; os Canteiros, ou pedreiros alemães; as Guildas inglesas e os Grêmios mercantis, do século XV, por toda a Europa.

Para garantir sua unidade, autonomia e interesses, essas entidades adotavam cerimônias iniciáticas para os aprendizes, saudações e sinais de identificação entre os membros, além de uma série de normas para disciplinar o relacionamento dentro e fora dos grupos. A Maçonaria, por exemplo, teve em suas origens a influência dessas corporações medievais, o que remete ao misticismo que permeava essas organizações. Na fase de declínio dessas corporações já não havia mais mistérios e segredos profissionais a serem guardados, apenas os privilégios e conquistas conseguidos ao longo dos séculos e que se perdiam, aos poucos, frente ao capitalismo industrial que surgia com novos desafios de mercado, novas formações sociais e inúmeras fontes inéditas de conhecimentos na história da humanidade. O mundo começava a se tornar mais complexo e competitivo.

Do passado ao futuro – as sociedades preocupadas com o trabalho

Entre as práticas corporativas medievais e as novas relações de trabalho pós-industriais dos países desenvolvidos, entende-se uma imensa variedade de outras configurações no mundo do trabalho através da história. Ainda no início do século 21, em

2004, o governo federal brasileiro atuou para combater o trabalho escravo em regiões mais distantes do norte e nordeste do país. Na África, em vários países mais pobres do mundo islâmico e no interior da Ásia subsistem distintas relações de trabalho (familiares, tribais, serviçais, semi-escravos etc.). O Brasil, em geral, possui sindicatos organizados, uma legislação trabalhista (a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT -, que data do primeiro governo Getúlio Vargas), que precisa ser urgentemente atualizada e uma rede de relações trabalhistas bastante complexa e organizada. Em resumo, o Brasil não é dos países mais retrógrados no que se refere à legislação trabalhista, mas está longe de ser um exemplo de modernidade comparável à União Européia ou à América do Norte, por exemplo.

Nesse contexto surgem algumas idéias mais antigas que remetem ao corporativismo medieval, entre as quais se insere a tentativa de se regulamentar profissões que não precisam ser necessariamente regulamentadas, mas sim ter áreas de atuação organizadas de forma eficiente. É necessário, inicialmente, situar o universo mais abrangente no qual o turismo se insere.

O campo do trabalho relacionado ao turismo

Turismo relaciona-se com um campo mais amplo que envolve hospedagem, gastronomia, lazer, entretenimento, meio ambiente, mídia, cultura em geral. São atividades do setor de serviços, exatamente o setor que, juntamente com as chamadas “novas tecnologias”, caracterizam as chamadas sociedades *pós-industriais*, ou da *informação*, da *experiência*, do *conhecimento*, do *acesso* ou o nome que se queira dar a elas, de acordo com o teórico escolhido entre as dezenas que analisam as formações sociais contemporâneas. Esses setores não precisam necessariamente de “regulamentação”, mas sim de organização que garanta um alto nível de formação profissional, segurança e qualidade às suas atividades. Algumas atividades podem ser regulamentadas de alguma forma, porém os profissionais precisam de competência expressa por eficiência e eficácia no exercício de seu trabalho e não uma burocrática e ineficaz “regulamentação da profissão”. Inserção e sucesso profissional não são garantidos pela regulamentação e nem mesmo por um curso superior. Muitos cursos básicos ou médios podem oferecer um alto nível de competência para os profissionais. Evidentemente nos níveis de alta gerência, planejamento estratégico, análises setoriais e operações mais sofisticadas, exige-se conhecimento adquirido em nível superior.

O cerne da questão da regulamentação não é meramente político, como querem fazer entender algumas tendências escoradas em conceitos e métodos pré-industriais ou mal inseridas em ideologias da era industrial como o marxismo ortodoxo ou o liberalismo

convencional. O âmago de nossa problemática atual é social, econômico e filosófico. Social porque envolve um imenso segmento formado por novos profissionais que estão em fase de formação/capacitação e profissionais mais antigos que precisam sistematicamente de atualização, reciclagem e acompanhamento para compreender a complexidade das mudanças; econômico porque o setor de serviços, no qual essas novas profissões se inserem, está em expansão acentuada e exige novos padrões de qualidade, de métodos e procedimentos. Essa exigência acontece nos modelos capitalistas desenvolvidos do ocidente; nos modelos dos países islâmicos em processo de desenvolvimento (Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Kuwait, Arábia Saudita, Líbia etc.); nos países asiáticos (mais desenvolvidos ou em desenvolvimento, como a Índia); ou na experiência do “socialismo de mercado” protagonizada pela República Popular da China. Nenhum desses países realiza seu desenvolvimento com base em ideologias ultrapassadas (como o marxismo ortodoxo) ou em modelos capitalistas viciados em aspectos nefastos como clientelismo, corporativismo, nepotismo ou a simples ignorância de como funcionam as sociedades hodiernas. Basta observar as taxas de crescimento de vários países asiáticos ao longo da década de 1990 (até 1997, ano da crise financeira asiática) e nos primeiros anos do século 21, para perceber que seu crescimento é muito maior e consistente que o frágil desenvolvimento brasileiro. China, Índia, Japão, Cingapura e Coreia do Sul tem apresentado índices de desenvolvimento bastante relevantes e muito mais acentuados positivamente, quando comparados com as economias latino-americanas, inclusive a brasileira (ver matéria de capa da revista Exame de 14/04/2004 e comparar os desempenhos dos diversos países no *site* www.cia.gov).

Finalmente, a questão também é filosófica porque já existe, desde a década de 1980, exaustivos estudos sobre as novas configurações sociais e a implosão de metadiscursos que se esgotaram ao longo da história como o positivismo, o marxismo, a psicanálise. O arcabouço teórico que formou a pós-modernidade e todas as tendências críticas, contra ou a favor da pós-modernidade, não pode ser ignorado pelos críticos mais lúcidos e atualizados que se preocupam em equacionar de maneira consistente a problemática contemporânea do mundo do trabalho. Não existe, em nenhum centro de pesquisa sério no planeta, estudos que se baseiem nas antigas vertentes teóricas do marxismo ortodoxo, do nacionalismo capitalista arcaico ou que ignorem os novos paradigmas científicos e filosóficos, quando tratam dos serviços denominados pós-industriais ou das configurações sociais atuais. As instituições internacionais de pesquisas relacionadas ao turismo como a AIEST, AMFORHT, OMT e WTTC sistematicamente consideram as pesquisas e metodologias pós-industriais em seus trabalhos. O Brasil e alguns países da América Latina têm se equivocado em tentar manter, de

forma minoritária é verdade, nas universidades, modelos teóricos já esgotados em todo o mundo científico e acadêmico do planeta. É preciso que se valorize a seriedade metodológica e a honestidade intelectual para que o jogo intelectual não se torne estéril ou esvaziado de conteúdos epistemológicos relevantes. Outra mazela brasileira tem sido a tentativa de acoplar pesquisas a projetos governamentais que, por sua vez, estão atrelados a ideologias partidárias. Não importa qual seja o partido no poder, essa tentativa de acoplamento intelectual estará condenada, na maior parte das vezes, ao fracasso. Os governos de Lula e FHC são exemplos claros de como toda uma vertente intelectual importante foi sendo desmontada e comprometida quando seus partidos assumiram os governos. Algumas teorias geraram casuísmos, contradições, paradoxos e falácias, nada que edifique solidamente o edifício conceitual de uma sociedade. Houve exceções, mas que confirmam a regra da invalidação progressiva do discurso oficial face à realidade e à sua incapacidade de intervir profundamente em vários aspectos dessa realidade. A universidade precisa manter a sua liberdade frente a governos, partidos, igrejas, empresas privadas e outras organizações. Não significa que a academia deva se isolar, mas sim que não pode se promiscuir na fogueira das ansiedades, das idéias descartáveis, oportunistas ou “de moda”, muito menos tentar manter-se apoiada em sistemas de pensamento que já se esgotaram ao longo da história. Liberdade e seriedade intelectual são saudáveis.

Os Estados Unidos são sistematicamente preocupados com as mudanças sociais e profissionais, gerando em suas universidades e centros de pesquisa ligados ao governo ou ao mundo corporativo, inúmeros relatórios, pesquisas e textos sobre a situação presente e futura do mercado de trabalho, sempre mantendo o saudável espaço de liberdade frente a essas instituições. Aliás, os maiores críticos dos norte-americanos são exatamente alguns norte-americanos (Gore Vidal, Michael Moore, Joseph Stiglitz). Outras organizações como a Organização Internacional do Trabalho (www.ilo.org/public/spanish/ - site em espanhol) e a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica (*Organization for Economic Co-operation Development* – www.oecd.org) possuem várias análises sobre o assunto. A OIT elaborou documentos sobre a legislação para o trabalho e a OECD elaborou vários textos sobre a necessidade da educação para fortalecer os processos de trabalho no mundo atual. Todos eles podem ser consultados nos *sites* referidos.

Os desafios das novas profissões

O ministério norte-americano equivalente ao Ministério do Trabalho brasileiro denomina-se United States Department of Labour. Esse órgão governamental publicou,

através de seu setor de estatísticas trabalhistas, um documento sobre as profissões do futuro (www.bls.gov). A análise refere-se aos Estados Unidos, mas as tendências apontadas podem ser válidas, em maior ou menor grau, para outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento que tenham características econômicas similares, como o Brasil.

As profissões mais promissoras concentram-se no setor terciário (ou de serviços), que tem passado por um processo consistente e duradouro de crescimento, à medida em que substitui o setor secundário (industrial) da economia. Os segmentos do setor terciário que mais estão se desenvolvendo nos Estados Unidos são:

| Segmento | % de crescimento entre 2002-2012 |
|--|----------------------------------|
| Serviços de educação e saúde | 31,8 |
| Serviços profissionais e “business” | 30,4 |
| Informação (internet, software, portais) | 18,5 |
| Lazer e hospitalidade | 17,8 |
| Comércio e transporte | 14,1 |
| Atividades financeiras | 12,3 |
| Área governamental | 11,8 |
| Outros (exceto governo) | 15,7 |

Fonte: www.bls.gov/oco/oco2003.htm (consulta em abril 2004)

O setor terciário está sobrepujando fortemente o setor secundário da economia nos Estados Unidos. O emprego nas indústrias de bens tem estado relativamente estagnado desde o início da década de 1980. Em linhas gerais o setor deve crescer 3,3% no período entre 2002 e 2012, com as seguintes variações:

| Segmento | % de crescimento entre 2002-2012 |
|---|----------------------------------|
| Construção | 15,1 |
| Indústria manufatureira | - 1 |
| Agricultura, pesca, caça, atividades florestais | - 2 |
| Mineração | - 11,8 |

Obs.: O decréscimo do crescimento (números negativos) indica claramente a tendência de estagnação do setor industrial no que se refere à população economicamente ativa (PEA) e

sua participação do produto interno bruto (PIB) do país, em contraste com o crescimento acentuado do setor de serviços.

Fonte: www.bls.gov/oco/oco2003.htm

Os dados do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, que valem para outros países desenvolvidos da Europa, Ásia e Oceania e até mesmo para muitos países em desenvolvimento na América Latina, mostram de forma clara que a caracterização pós-industrial de nossas sociedades é uma tendência que já possui três ou quatro décadas e se mantém constante. Isso significa que o século 21 será marcadamente pós-industrial e movendo-se para uma economia de educação, bem-estar pessoal e social, entretenimento, informação e atividades relacionadas ao mundo virtual. Qualquer estudo sobre a realidade do mundo do trabalho contemporâneo precisa levar em conta esses dados objetivos. Porém, as análises de mercado, nas instâncias não-conservadoras e conscientes dos problemas globais, precisam também considerar a inclusão social, a desigualdade crescente entre países ricos e pobres, a problemática da globalização, as questões ambientais, o terrorismo internacional, as injustiças sociais, a necessidade da ética e a importância da multiplicidade cultural. O conhecimento deve comprometer-se com as questões sociais, culturais, econômicas e políticas. A ciência não possui uma “neutralidade” absoluta, nem enquanto pesquisa “pura” (especialmente nas ciências humanas) e nem enquanto pesquisa aplicada. O fundamental é que a ciência não fique atrelada ou pretensamente fundamentada em paradigmas ideológicos, dogmáticos ou sectários. Ideologia não é ciência; os “dogmas” não podem estar ligados à metodologia científica sob pena de invalidá-la; o sectarismo remete à subjetividade característica de sub-grupos xenófobos, racistas, sexistas ou preconceituosos em geral.

A junção educação-trabalho no mundo atual

Os núcleos dessa discussão sobre formação profissional, educação em geral e mercado de trabalho, podem ser identificados nos seguintes temas:

Emergência das novas tecnologias (informática, telecomunicações, transportes, biotecnologia etc.) nas décadas 1970/1980 e permanente desenvolvimento da capacidade de processamento, armazenamento, transmissão e gerenciamento das informações ao longo dos últimos anos, sendo que não há previsão de quando essa tendência evolutiva tecnológica deverá se estabilizar;

Ampliação do segmento de serviços e especialização acentuada em seus diversos sub-segmentos;

Valorização da ética, sustentabilidade, inclusão e justiça social como contraponto a um desenvolvimento desequilibrado e a uma globalização excludente;

Necessidade cada vez maior do conhecimento para garantir a inserção de pessoas em todos os segmentos do mercado de trabalho, da agricultura ao entretenimento, passando pela indústria e serviços especializados (educação, saúde, gestão pública e privada, OSCIPs).

O problema nuclear do turismo internacional é justamente a garantia de altos índices de desempenho e qualidade, eficiência e eficácia, possibilitados por bons programas de educação e treinamento. Os países que possuem melhores índices de qualidade em seus serviços turísticos são justamente os países que têm investido em educação e formação profissional como a União Européia, a América do Norte, os países asiáticos em geral e alguns poucos países islâmicos (dos quais os Emirados Árabes Unidos estão despontando como referência turística no Oriente Médio). Em nenhum país do mundo existe uma profissão de “turismólogo” ou similar regulamentada, mas a qualidade dos serviços é mantida graças à regulamentação de algumas atividades profissionais, a um eficiente e rápido sistema legal de proteção ao consumidor, ao alto nível de consciência e ética profissional e a um sistema educacional sólido desde o nível básico. Evidentemente esses países ainda possuem políticas fiscais razoáveis, ausência de burocracia estatal e políticas de desenvolvimento que garantem aportes de capital nacional e estrangeiro, situação bem diferente da vivida pelo Brasil no período entre o final do século 20 e início do século 21.

Nas sociedades atuais o conhecimento e a educação são responsáveis por boa parte de qualquer possibilidade de sucesso individual ou coletivo. Dados do United States Department of Labour demonstram isso claramente:

Quadro 03 - Desemprego e ganhos para trabalhadores com 25 anos de idade ou mais, de acordo com o grau de instrução

| Taxa de desemprego (2002) | Grau de instrução | Média de ganhos (US\$ em 2001) |
|---------------------------|------------------------|--------------------------------|
| 2,8% | Mestrado | 56.600 |
| 3,1% | Bacharelado completo | 47.000 |
| 4,0% | Tecnólogo completo | 36,400 |
| 4,8% | Superior incompleto | 34,300 |
| 5,3% | Nível médio | 29,200 |
| 9,2% | Nível médio incompleto | 22,400 |

Fonte: www.bls.gov/emp/emptab7.htm (consulta em abril de 2004)

Os dados levam a conclusões evidentes: quanto maior a escolaridade, maiores os ganhos médios e menor a possibilidade de ficar desempregado. Outras inferências podem ser tiradas desses números como, por exemplo, melhores índices de desempenho profissional e qualidade na prestação dos serviços ou no processo industrial dependem de uma formação profissional séria, continuada e de qualidade. Muitas outras tabelas correlatas poderiam ser consultadas através de pesquisas nas diversas fontes relacionadas ao mundo do trabalho e a maior parte delas levaria às mesmas conclusões. Esse é o motivo pelo qual deve existir uma preocupação constante no Brasil com a qualidade e compromisso dos programas educacionais, públicos ou privados, escolares ou corporativos. A formação profissional e a existência de legislação regulamentadora geral que proteja os direitos do consumidor e organize as ofertas no mercado é que podem auxiliar no desenvolvimento das áreas de serviços. Isso é muito mais que uma simples “regulamentação” profissional burocrática e “viciada”, muito comum em um país onde as leis são constantemente burladas e os corporativismos preocupam-se apenas em proteger os seus interesses particulares deixando o bem comum, a sociedade em geral, presa de seus interesses mesquinhos.

José Pastore já comentava que

“Nos Estados Unidos e na Europa há também uma infinidade de profissões regulamentadas. Os seus profissionais só podem exercê-las mediante comprovação de competência e licença de trabalho – é o credenciamento profissional. Por exemplo, um electricista para abrir uma firma de prestação de serviços nos Estados Unidos tem de passar por um exame realizado por uma comissão de âmbito estadual para confirmar a sua competência. ... No caso citado há, sem dúvida, uma reserva de mercado de trabalho para os profissionais credenciados. O que me intriga, no Brasil, é a presença da regulamentação e a ausência do credenciamento. Entre nós a garantia da reserva do mercado é mais importante que a competência na profissão. Por que tanta regulamentação? Nesse processo tem destaque o interesse dos que, no fundo, querem regulamentar uma profissão para poder organizar os conselhos profissionais e, através deles, recolher polpudas contribuições. Há conselhos que cobram R\$ 400,00 por ano de uma categoria que possui 500.000 profissionais, gerando uma receita de R\$ 2 bilhões anuais sem pagamento de impostos.” (O Estado de São Paulo, 03/08/1999 ou www.josepastore.com.br).

Será que queremos esses maus hábitos anti-cívicos para o setor de turismo? Em outro artigo Pastore complementa que

“o Brasil é um país repleto de regulamentações, fiscalizações e conselhos, carecendo, porém, de mecanismos que zelam pela qualidade e competência dos profissionais. Bem diferente é a situação dos estados Unidos, Europa e Japão. As regulamentações existem para proteger o consumidor, em especial nas áreas de segurança e saúde. E isso vale, inclusive, para os profissionais de nível médio (electricistas, mecânicos, vidraceiros etc.) que são submetidos a exames nos quais devem demonstrar sua competência para obter o seu respectivo

credenciamento ou certificado profissional. Naqueles países, a ênfase é no zelo profissional; no Brasil, é na reserva de mercado, na concessão da carteirinha e, sobretudo, na arrecadação de polpudas contribuições.” (O Estado de São Paulo, 17/08/1999 ou www.josepastore.com.br).

Recomendações finais

Com base nessas considerações anteriores, fica evidente que a solução para a profissionalização do turismo no Brasil não passa, necessariamente, por uma simples e burocrática “regulamentação”. Ela é insuficiente para resolver todos os problemas da área.

É preciso entender que o turismo é muito mais do que o senso comum ou o pensamento convencional pensam a seu respeito:

- O turismo é um agente ativo do processo de globalização, com todos os pontos positivos e negativos que esse processo comporta, influenciando e sendo influenciado por ele;
- O turismo faz parte de uma série de serviços complexos, multifacetados e sofisticados presentes nas sociedades pós-industriais como hospitalidade, entretenimento, gastronomia, cultura, lazer, esportes etc.;
- O turismo depende de conhecimento e padrões elevados de qualidade que, por sua vez, só são possíveis se houver pessoas que possuam preparo intelectual e técnico suficiente para manter esses padrões;
- O turismo depende de um pensamento aberto, dinâmico e global. Quem trabalha com turismo não pode ser preconceituoso, racista ou xenófobo.
- O Brasil precisa continuamente se abrir para o mundo, evitar nacionalismos prejudiciais e se inserir, de maneira crítica e madura, no processo de globalização.

Em um mundo cada vez mais interligado e conectado, os estudantes e profissionais em turismo precisam aprender com os grandes humanistas da história e serem mais internacionalizados. O nacionalismo exacerbado é pernicioso ao humanismo em geral e ao turismo em particular. Nesse ponto, o socialismo preconizado por Marx, Engels e Lênin sempre defendeu o internacionalismo. Marx era um alemão que viveu no Reino Unido e estudou a economia política internacional de sua época, conseguindo erigir um edifício teórico-conceitual que sobreviveu por mais de um século. Ernesto Che Guevara só entendeu as contradições e problemas de sua época ao viajar de motocicleta pelo continente latino-americano. Fidel Castro fez seus estudos nos Estados Unidos. As classes dirigentes chinesas incentivam seus jovens a estudar na Europa, nas Américas ou em outros países da Ásia-Oceania. A União Européia só se desenvolveu plenamente depois que controlou os

sentimentos isolacionistas de seus países membros e se voltou para um cenário internacional mais amplo. O Brasil muitas vezes esteve na contramão da história ao dificultar os contatos com os outros países, inclusive com a América Latina. Uma timidez mal disfarçada, um mal estar difuso dificulta nossa abertura para o mundo. A maior parte da população é monoglota, há um nacionalismo tacanho e um sentimento mesclado de inferioridade com inveja que faz mais fácil a construção de muros do que pontes entre o Brasil e o mundo, com algumas exceções que confirmam a regra. Basta ver como pouquíssimos pesquisadores e docentes participam dos congressos e eventos internacionais, mesmo à distância e facilitados por instrumentos de comunicação como a Internet.

Nosso nacionalismo sadio é muitas vezes mal compreendido e algumas vezes se presta a esconder a mediocridade. O verdadeiro sentimento de orgulho nacional é muito diferente dessa tacanhice. Ele se expressa, de modo saudável, por exemplo, nas obras de escritores como Ariano Suassuna, Guimarães Rosa, Josué Montello, Jorge Amado e outros tantos artistas de várias áreas. Nesses casos, o sentimento nacional é tão profundo e bem elaborado que se tornou universal, ou seja, reflete e pode ser compreendido por outros povos em outras línguas. Esse orgulho nacional deve ser exemplo para nós, mas enquanto porta que se abre para o mundo e não alçapão que nos isola como se fôssemos inferiores aos outros povos. Não há culturas superiores ou inferiores no planeta, apenas diferentes e fruto de seu meio, de sua história.

O turismo pode – e deve – ser uma fonte vivificadora dessas relações humanas culturais, políticas e econômicas, nacionais e internacionais. Somos o novo, algo inédito em um mundo que se transforma. Precisamos de teorias e práticas realmente inovadoras pois trabalhamos com realidades diferentes.

Não podemos nos prender ao lodo estéril das ideologias mortas e nem aos tumores malignos dos tribalismos excludentes.

No livro “*Reflexões sobre um novo turismo*” (2003), os professores Panosso Netto e Trigo elaboraram uma proposta de agenda do pleno desenvolvimento do turismo no século 21, especialmente no Brasil, que aqui é reproduzida de forma ampliada:

| | |
|--|--------------------------------|
| <i>Acesso digital democratizado</i> | <i>Prática da cidadania</i> |
| <i>Combate ao preconceito em geral</i> | <i>Lutar contra o turismo</i> |
| <i>sexual infantil</i> | |
| <i>Combate a todas as formas de terrorismo</i> | <i>Incentivar a democracia</i> |
| <i>Descriminalizar drogas leves como a maconha</i> | <i>Incentivar a ética</i> |

| | |
|--|--|
| <i>Garantir acesso à educação até ao nível superior</i> | <i>Promover o perfil empreendedor</i> |
| <i>Promover a justiça e a inclusão social</i> | <i>Promover a solidariedade</i> |
| <i>Melhorar a distribuição de riquezas</i> | <i>Defender a sustentabilidade</i> |
| <i>Defender o pluralismo democrático e cultural</i> | <i>Recuperar o sentido da paz e da liberdade</i> |
| <i>Combate à corrupção, ao crime organizado e à impunidade</i> | |
| <i>Entender que o turismo é mais que um mero fato econômico</i> | |
| <i>Garantir maior acesso às oportunidades para todos</i> | |
| <i>Ver a globalização com ênfase também no social e não apenas no econômico</i> | |
| <i>Explorar as possibilidades do setor público, privado e do terceiro setor (OSCIPs)</i> | |

Promover a viabilidade do turismo no Brasil significa superar problemas históricos, estruturais e conjunturais e lutar por uma consciência maior das pessoas sobre a importância dos serviços em uma sociedade pós-industrial. Essa temática já foi discutida em vários textos nas áreas de economia, sociologia e administração ao longo das últimas décadas em todo o mundo, mas ainda não atingiu o nível de consciência prática no mundo do trabalho brasileiro, seja ao nível da iniciativa privada ou pública.

Os maiores entraves ao desenvolvimento do turismo hoje, no Brasil, são o preconceito e a ignorância. O preconceito existe em alguns pesquisadores de outras áreas do conhecimento que insistem em analisar o turismo como atividade de menor importância ou restrita aos hábitos burgueses de consumo. A ignorância envolve desde o desconhecimento dos conteúdos necessários para se planejar e operacionalizar a área de viagens, turismo e segmentos afins até a falta de contatos acadêmicos e culturais que possam aprimorar práticas e serviços nos mais diversos setores que envolvem o turismo. A ignorância possibilita ainda a prática predatória ou inadequada da atividade turística. Muitos pretensos profissionais que se apresentam como “consultores” são meros especuladores, despreparados para atuar nessa atividade profissional e às vezes beneficiam-se da ignorância local para “vender” seus projetos e soluções fáceis. Aliás, as áreas de meio ambiente, administração, marketing, turismo e auto-ajuda são férteis na proliferação de posturas superficiais ou levianas revestidas de pretensa autoridade “científica”. É proveitoso ler as críticas que Thomaz Wood Jr. faz da administração em seus textos em uma revista semanal brasileira (Carta Capital) ou em seu livro “*Chega de pop management*”.

A área de turismo no Brasil pode ter um futuro promissor, mas depende de fatores

estruturais e conjunturais. A questão de qualidade e eficiência em serviços no país é um cenário maior que envolve a problemática do turismo e da hospitalidade e precisa ser elaborado nas diversas instâncias: empresarial, técnica, política, cultural, econômica, ecológica e social. Ao longo da década de 1990 a área cresceu e se fortaleceu consideravelmente, mas ainda resta um longo caminho a ser percorrido. O futuro depende de todo um esforço coletivo, social e individual, no sentido de garantir o constante aperfeiçoamento setorial. Se vamos optar por modelos atrasados e corporativistas ou por propostas mais abertas, duradouras e eficientes, a história nos revelará nas próximas décadas. Fomos uma nação pífia ao longo do século 20 e perdemos varias oportunidades históricas. Nesses anos iniciais do século 21 precisamos escrever outros capítulo de nossa história. Que façamos um bom texto.

Referências bibliográficas

Textos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Senai, 1997.

MATIAS, M. Turismo – formação e profissionalização. São Paulo: Manole, 2002.

TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.. Reflexões sobre um novo turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

Sites consultados

www.bls.gov – United States Department of Labour, Burea of Labour Statistics (abril, 2004)

<http://online.onetcenter.org> – Occupational Information Network (abril, 2004)

www.mtecbo.gov.br – Ministério do Trabalho e do Emprego, Classificação Brasileira de

Ocupações (abril, 2004)

www.josepastore.com.br – Site de José Pastore (abril, 2004)

www.google.com.br – Ferramenta de busca na Internet (abril, 2004)

Anexos

Quadro 01 – Crescimento dos Cursos Superiores (graduação) no Brasil (em porcentagem)

| Áreas | 1991 | 2002 | % de crescimento |
|-----------------------|------|-------|------------------|
| Turismo | 28 | 396 | 1.314,30 |
| Comunicação social | 82 | 478 | 482,90 |
| Engenharia | 149 | 809 | 443 |
| Fisioterapia | 48 | 255 | 431,30 |
| Ciência da computação | 59 | 272 | 361 |
| Matemática | 118 | 539 | 356,8 |
| Ciências biológicas | 92 | 411 | 346,7 |
| Administração | 333 | 1.413 | 324,30 |
| Farmácia | 49 | 187 | 281,6 |
| Direito | 165 | 599 | 263 |
| Fonoaudiologia | 29 | 98 | 237,9 |
| Nutrição | 41 | 138 | 236,6 |
| Veterinária | 33 | 109 | 230,3 |
| Química | 58 | 182 | 213,8 |
| Educação Física | 117 | 356 | 204,3 |

Fonte: INEP/MEC

Quadro 02 – Profissões regulamentadas no Brasil

| Profissão | A no da NR | Profissão | Ano da NR |
|-------------------------------|------------|--|-----------|
| Advogado | 19 94 | Aeronauta | 198 4 |
| Arquivista/Técnico de Arquivo | 19 78 | Artista / Técnico em espetáculo de diversões | 197 8 |
| Assistente Social | 19 93 | Atleta de futebol | 197 6 |

| | | | | |
|--|----------|--|-----------------------------------|----------|
| Atleta Profissional de Futebol | 19 76 | | Atuário | 196 9 |
| Bibliotecário | 19 62 | | Biólogo | 198 2 |
| Biomédico | 19 82 | | Contabilista | 194 6 |
| Corretor de Imóveis | 19 78 | | Corretor de Seguros | 196 4 |
| Despachante Aduaneiro | 19 80 | | Economista | 195 1 |
| Economista Doméstico | 19 85 | | Educação Física | 199 8 |
| Empregado Doméstico | 19 72 | | Enfermagem | 197 3 |
| Engenharia de Segurança | 19 73 | | Engenheiro/Arquiteto/Agr ônomo | 196 6 |
| Estatístico | 19 65 | | Farmacêutico | 196 0 |
| Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional | 19 69 | | Fonoaudiólogo | 196 9 |
| Geógrafo | 19 81 | | Geólogo | 196 2 |
| Guardador e Lavador de Veículos | 19 75 | | Jornalista | 196 9 |
| Leiloeiro | 19 32 | | Leiloeiro Rural | 196 1 |
| Massagista | 19 61 | | Medicina Veterinária | 196 8 |
| Médico | 19 57 | | Museólogo | 198 4 |

| | | | | |
|---|----|--|--|-----|
| Músico | 19 | | Nutricionista | 197 |
| | 60 | | | 8 |
| Odontologia | 19 | | Orientador Educacional | 196 |
| | 64 | | | 8 |
| Psicologia | 19 | | Publicitário/Agenciador de Propaganda | 196 |
| | 62 | | | 5 |
| Químico | 19 | | Radialista | 197 |
| | 56 | | | 8 |
| Relações Públicas | 19 | | Representantes Comerciais Autônomos | 196 |
| | 67 | | | 5 |
| Secretário Executivo e Técnico em Secretariado | 19 | | Sociólogo | 198 |
| | 85 | | | 0 |
| Técnico em Administração | 19 | | Técnico em Prótese Dentária | 197 |
| | 65 | | | 9 |
| Técnico em Radiologia | 19 | | Técnico Industrial | 196 |
| | 85 | | | 8 |
| Zootecnista | 19 | | | |
| | 68 | | | |

Fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/regulamentacao.asp>